



## **Missões humanitárias e pesquisa científica: a experiência junto a Operação Acolhida<sup>1</sup>**

*Humanitarian missions and scientific research: the experience from Acolhida Operation*

### **Sabrina Celestino**

É assistente social de formação com graduação, mestrado e doutorado na área. É professora do Magistério Superior Público Federal vinculada ao Comando do Exército e lotada na Seção de Saúde e Qualidade de Vida do Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército (IPCEx). Como pesquisadora afeta a temática das Forças Militares, produziu artigos, coordenou pesquisas financiadas e organizou 7 obras sobre o tema.

### **Carlos Roberto Carvalho Daróz**

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, com bolsa sanduíche e fomento pelo Programme Erasmus+ da União Europeia, na Université Libre de Bruxelles. Coautor da obra Operação Acolhida: a Força-Tarefa Logística Humanitária e o apoio aos migrantes venezuelanos. Atualmente atua como pesquisador-chefe da Seção de Memória Institucional do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército.

77

---

<sup>1</sup> Recebido para Publicação 04/07/2023. Aprovado para Publicação em 15/12/2023.

DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.10600022>





## Resumo

Este artigo propõe reflexões sobre as missões humanitárias compreendendo-as como espaços profícuos para o desenvolvimento de pesquisas científicas. Tomando como referência a Operação Acolhida, resposta humanitária proposta pelo Governo Federal sob gestão do Exército Brasileiro (EB) destinada ao suporte aos migrantes venezuelanos, argumentamos que ações sistemáticas de registro, monitoramento e análise desenvolvidas sob o mote da pesquisa científica podem não só contribuir para a melhoria da ação prestada para a população atendida, mas possibilitar a produção de conhecimento científico. As proposições inscritas na presente produção partem da pesquisa qualitativa realizada no segundo semestre de 2021, a qual valeu-se de pesquisa de campo e observação não participante junto aos profissionais e beneficiários da Operação Acolhida, tendo como instrumentos de registro, os dados contidos no diário de campo e as entrevistas assistemáticas. A investigação referida evidenciou que um número amplo de informações e saberes convergiam para a execução da missão, no entanto que estes focavam, sobremaneira na experiência empírica, não sendo realizada uma interlocução de saberes com os produtos acadêmico-científicos desenvolvidos por instituições de ensino civis e militares.

**Palavras-chave:** Missões Humanitárias, Pesquisa Científica, Operação Acolhida.

78

## Abstract

This article proposes reflections on humanitarian missions, understanding them as fruitful spaces for the development of scientific research. Taking as a reference Operation Acolhida, a humanitarian response proposed by the Federal Government under the management of the Brazilian Army aimed at supporting Venezuelan migrants, we argue that systematic registration, monitoring, and analysis actions developed under the motto of scientific research can not only contribute to the improvement of action provided for the population served but enabling the production of scientific knowledge. The propositions included in this production are based on qualitative research carried out in the second half of 2021, which used field research and non-participant observation with professionals and beneficiaries of Operation Acolhida, using the data contained in the diary as recording instruments. fieldwork and unsystematic interviews. The aforementioned investigation showed that a wide range of information and knowledge converged towards the execution of the mission, however, they focused largely on empirical experience, with no dialogue between knowledge and academic-scientific products developed by civil and educational institutions. military.

**Keywords:** Humanitarian Missions, Scientific Research, Acolhida Operation.





## Introdução

**A**s missões humanitárias atuam em contextos em meio aos quais, o risco de vida e segurança são iminentes, o que confere a estas ações, caráter de urgência frente à defesa de vidas de indivíduos, grupos e/ou populações que vivenciam circunstâncias limites. Sendo assim, quanto maiores forem os riscos sociais e pessoais tão necessárias serão as iniciativas de assistência humanitária.

Estamos no limite do cansaço físico e mental, no limite de utilização dos recursos ambientais, no limite da apropriação desigual dos recursos econômicos, no limite do estabelecimento do debate político e no limite das relações sociais. Diante disso, diferentes profissionais e comunidades científicas de todo o globo têm se questionado sobre o seu papel, dedicando-se a pensar que os padrões paradigmáticos, epistemológicos e de princípios e valores inscritos no fazer ciência, na pesquisa e na produção de conhecimento estruturados até aqui, têm sido limitados em compreender e em dar respostas aos inúmeros desafios e demandas que advêm do viver em sociedade.

As assertivas dispostas acima se expressam no presente texto sedimentadas pelo que vimos, ouvimos e vivemos quando da pesquisa sobre missões humanitárias, que teve como campo de coleta a Operação Acolhida. Por uma demanda institucional, nossa missão estava focada em visitar e coletar informações para uma produção acadêmico-científica de registro descritivo sobre esta atividade gerida pela Força-Terrestre, mas ao visitar o campo e conversar com os sujeitos envolvidos, tanto os beneficiários acolhidos quanto os profissionais civis e militares que atuavam na ação foi possível identificar, que um manancial de vivências e informações nos estavam sendo ofertadas.

O processo metodológico que compôs a presente investigação foi pactuado entre o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) junto aos Comando da Amazônia (CMA) e o Comando da Força Tarefa Logística Humanitária. Sob a direção e orientação do Departamento, a investigação foi operacionalizada por pesquisadores da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército e do Centro de Capacitação Física do Exército. Após a construção de um cronograma de pesquisa de campo e diálogo com os sujeitos envolvidos na ação, foram aplicados questionários que continham questões semiestruturadas focadas na gestão e execução da Operação Acolhida. Tanto a pesquisa de campo (desenvolvida nas bases de Boa Vista-RR, Pacaraima-RR e Manaus-AM) quanto a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas ocorreram no segundo semestre de 2021, período no qual os desafios aprofundados pelos rebatimentos da COVID-19 ainda se faziam presentes.

Do estudo inicial emergiu a produção de um relatório institucional, um livro (DARÓZ e CELESTINO, 2022) e algumas produções do tipo artigos e *papers* que, ao nosso ver, ainda não dão conta da diversidade de informações e reflexões que a experiência desta missão poderia agregar, não só para a formação e qualificação de alunos e profissionais técnicos, mas também para a produção científica nacional em matéria de assistência humanitária.

Para compartilhar informações sobre a Operação Acolhida e a sistemática de prestação da assistência humanitária referenciada como foco da missão para além de debruçarmo-nos sobre as referências teóricas que abordam o tema e nos dispositivos jurídicos e normativos que fundamentaram a ação encampada pelo





Estado brasileiro, foi necessário a presença *in loco* nas bases e equipamentos da Operação, convivendo diuturnamente com os profissionais e beneficiários atendidos. Nesse sentido, a pesquisa de campo supracitada foi desenvolvida em dois momentos: o primeiro em julho de 2021, e o segundo em agosto de 2023.

Considerando a trajetória de pesquisa percorrida torna-se possível ressaltar que identificamos as missões humanitárias, e dentre estas a Operação Acolhida, como campos que nos oferecem informações essenciais para compreender a sociedade dotada por rápidas transformações e por inúmeras circunstâncias vulnerabilizantes. Nestes âmbitos conversemos recursos financeiros, diplomáticos, tecnológicos, táticos, de defesa, de assistência, saúde, direitos humanos entre tantos outros que devem ser olhados com atenção e geridos e empregados, tendo em vista a promover de fato a proteção e segurança pactuadas nos dispositivos internacionais.

## A força-tarefa logística humanitária

Diante da crise política, econômica e social instalada na Venezuela, muitos cidadãos daquele país começaram a chegar ao Brasil, um dos destinos preferenciais dos refugiados. Em razão da proximidade geográfica, da existência de uma fronteira seca entre os países, e de uma rodovia penetrante no território brasileiro (BR-174), o município de Pacaraima, localizado no extremo norte do estado de Roraima, tornou-se uma porta de entrada dos migrantes.

Em face da baixa capacidade do estado de Roraima de administrar o processo de acolhimento de migrantes venezuelanos, e tão logo a questão assumiu status de crise, o Governo Federal e o parlamento brasileiro desenvolveram legislação específica para tratar da questão. No dia 15 de fevereiro de 2018, foram publicados dois decretos específicos sobre a emergência humanitária na fronteira Brasil-Venezuela. O Decreto nº 9.285/2018 reconheceu a situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório para o estado, provocado pela crise humanitária na Venezuela. A legislação representou o primeiro passo do esforço governamental brasileiro para o acolhimento dos refugiados. Mais abrangente e detalhado, o Decreto nº 9.286/2018 estabeleceu o Comitê Federal de Assistência Emergencial, presidido e coordenado pela Casa Civil, com a atribuição de promover o acolhimento às pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

Contando com uma governança complexa, a estrutura do Comitê evidenciou o compromisso do Estado brasileiro com a emergência humanitária, ao envolver, além da Casa Civil, mais 11 ministérios, a saber:

- Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- Ministério da Defesa;
- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Educação;
- Ministério do Trabalho;
- Ministério do Desenvolvimento Social;
- Ministério da Saúde;
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- Ministério da Integração Nacional;
- Ministério dos Direitos Humanos; e



- Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (BRASIL, 2018b)

As atribuições do Comitê Federal de Assistência Emergencial consistiam em:

- articular ações, projetos e atividades desenvolvidas com apoio dos Governos federal, estadual, distrital e municipal no âmbito da assistência emergencial;
- estabelecer as diretrizes e as ações prioritárias do Governo federal para a implementação da assistência emergencial;
- indicar um coordenador operacional, que atuará no local em que for reconhecida a crise humanitária;
- supervisionar o planejamento e a execução de ações conjuntas de órgãos que atuem na execução das medidas que definir;
- propor, aos órgãos competentes, medidas para assegurar os recursos necessários à implementação das ações, dos projetos e das atividades da assistência emergencial;
- firmar parcerias com órgãos de outros Ministérios, dos Poderes Legislativo e Judiciário, de outros entes federativos, da sociedade civil, do setor privado, de especialistas e de organismos internacionais;
- acompanhar e avaliar a execução da assistência emergencial e adotar medidas para a mitigação de riscos; e
- elaborar relatório trimestral de suas atividades, com a avaliação da execução e dos resultados das políticas (BRASIL, 2018b grifo nosso).

81

Considerando a capacidade operacional e a experiência das Forças Armadas de atuarem em situações de crise no Brasil, a legislação atribuiu, em seu artigo 3º, expressiva responsabilidade e participação do Ministério da Defesa:

Art. 3º O Ministério da Defesa atuará como Secretaria-Executiva do Comitê Federal de Assistência Emergencial e prestará o apoio administrativo ao Comitê.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Defesa a operacionalização e, se necessário, a execução das despesas relativas a reuniões do Comitê. (BRASIL, 2018b grifos nossos)

Além disso, coube ao Ministério da Defesa indicar o coordenador operacional, bem como elaborar o planejamento, projetos e ações relativos à assistência humanitária. Desse protagonismo e responsabilidade, atribuídos legalmente ao Ministério da Defesa, por meio do Decreto nº 9.286, foram estabelecidas, em março de 2018, a Operação Acolhida e a Força-Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum).

De acordo com levantamento divulgado pela Casa Civil da Presidência da República, entre 2015 e 2021, mais de 75 mil venezuelanos haviam procurado a Polícia Federal (PF) em Roraima, buscando refúgio ou residência temporária. Na ocasião, foram instalados os primeiros abrigos para acolhimento dos migrantes, e as primeiras experiências de interiorização, sob os auspícios do Governo Federal, com 1.500 venezuelanos transferidos de Roraima para Brasília e para os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul (COSTA, 2018).

Visando a atuar junto à questão por meio do Poder Legislativo, o governo brasileiro elaborou a Medida Provisória nº 820, mais tarde convertida na Lei nº 13.684, de 22 de junho de 2018, dispondo sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento de pessoas em situações de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Embora aprovada em caráter genérico, sem particularizar a crise humanitária venezuelana, a legislação foi proposta e aprovada para enfrentar as demandas oriundas do contexto venezuelano e seus desdobramentos no Brasil. Estabelecida com base nos conceitos



de “situação de vulnerabilidade” e proteção social, presentes nas políticas sociais setoriais brasileiras, tais como saúde e assistência social, a lei estabeleceu uma primeira política pública para enfrentar a crise migratória venezuelana. Em seu artigo 5º, elencou medidas de assistência emergencial para o acolhimento, com a adoção de políticas públicas ligadas à:

- I - Proteção social;
- II – atenção à saúde;
- III – oferta de atividades educacionais;
- IV – formação e qualificação profissional;
- V – garantia dos direitos humanos;
- VI – proteção dos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência, da população indígena, das comunidades tradicionais atingidas e de outros grupos sociais vulneráveis;
- VII – oferta de infraestrutura e saneamento;
- VIII – segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras;
- IX – logística e distribuição de insumos;
- X – mobilidade, contemplados a distribuição e a interiorização no território nacional, o repatriamento e o reassentamento das pessoas mencionadas no caput deste artigo (BRASIL, 2018c).

Um fato político agravou a situação já complexa devido ao intenso fluxo migratório. No início de dezembro de 2018, o presidente da República Michel Temer decretou a intervenção federal no estado de Roraima, em razão da falta de pagamento dos servidores públicos estaduais, paralização das forças policiais, protestos e greve geral. A intervenção ocorreu após uma greve de 72 horas deflagrada por agentes penitenciários e policiais civis. Como os policiais militares não podiam legalmente fazer greve, seus familiares bloquearam a entrada e saída de batalhões como protesto. Dessa forma, em 7 de dezembro de 2018, Temer anunciou a intervenção integral no estado, culminando com o afastamento da governadora Suely Campos e indicando o governador eleito, Antônio Denarium, cuja posse estava prevista para 1º de janeiro de 2019 (MONTEIRO, 2021).

No nível político, em agosto de 2019, o Comitê Federal de Assistência Emergencial foi aperfeiçoado, incluindo a criação de quatro subcomitês, cada qual contando com integrantes de organizações vocacionadas para as atividades específicas:

- I - Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes;
- II - Subcomitê Federal para Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade;
- III - Subcomitê Federal para Interiorização; e
- IV - Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes (BRASIL, 2019).

Nesse sentido, um novo decreto, em 2021, reformulou a estrutura do Comitê Federal de Assistência Emergencial, que passou a contar com os seguintes subcomitês federais: Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes (coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública); Subcomitê Federal para Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade (coordenação do Ministério da Cidadania); Subcomitê Federal para Interiorização; (coordenação do Ministério da Cidadania) e Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes (coordenação do Ministério da Saúde). Orientadas pela legislação, a Operação Acolhida e a FT Log Hum foram estabelecidas com base nos princípios da legalidade e da legitimidade, conceitos valorizados e publicizados pelo então comandante do Exército Brasileiro (EB),



general de exército Eduardo Dias da Costa Villas Boas. Para tal foram incorporadas a experiência e as lições aprendidas na Operação Amazonlog, realizada em novembro de 2017. Concebida pelo Comando Logístico, ante um cenário marcado pela crescente crise migratória na Venezuela, a operação foi um grande exercício multinacional interagências de logística humanitária, inédito na América do Sul. Realizada na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, com a participação de militares dos três países e dos EUA, a operação contou com observadores militares e civis de 22 países, a Amazonlog teve como objetivos a realização de ações humanitárias, a preservação do meio-ambiente e a instalação de uma base multinacional de assistência humanitária em Tabatinga, região distante do centro de poder do país e de escassa infraestrutura. A operação produziu ensinamentos relevantes, que foram absorvidos e incorporados por ocasião da organização da Acolhida e da FT Log Hum.

Procurando operacionalizar a assistência humanitária, a Operação Acolhida foi organizada, no sentido de estabelecer parceria com a ONU e cerca de 120 agências governamentais; organizações não governamentais (ONGs), nacionais e estrangeiras; e integrantes da sociedade civil, o que a caracterizou como a maior operação interagências já realizada pelo EB.

Acompanhando a estrutura dos subcomitês vinculados ao Comitê Federal de Assistência Emergencial, a Operação Acolhida foi estruturada com base em três pilares:

- ordenamento da fronteira, abrangendo a recepção, identificação, imunização, triagem e acolhimento;
- abrigo, com a oferta de abrigo temporário, segurança, alimentação e assistência médica; e
- interiorização, contemplando o deslocamento voluntário de venezuelanos de Roraima e do Amazonas para outras unidades da federação, com o objetivo finalístico de inclusão socioeconômica (DARÓZ e CELESTINO, 2022. Op.cit)..

No sentido de assessorar o comandante da FT Log Hum e de estabelecer uma governança eficaz, foi constituído um estado-maior (EM), composto pelas seguintes células dedicadas a atividades específicas:

- D1 – pessoal;
- D2 – inteligência;
- D3 – operações;
- D4 – logística;
- D5 – planejamento;
- D6 – comando e controle;
- D7 – comunicação social;
- D8 – operações psicológicas;
- D9 – assuntos civis;
- D10 – finanças;
- D11 – apoio de saúde; e
- Centro de Coordenação de Interiorização (CCI).

Além das seções diretamente subordinadas ao chefe do Estado-Maior (EM), também estavam vinculados a ele, para fins de coordenação e orientação quanto ao emprego, os seguintes órgãos:

- Base Boa Vista (Base BVA);
- Base Pacaraima (Base PAC);
- Base Manaus (Base MNS);
- Companhia de Assuntos Civis (Cia Ass Civ);



- Destacamento de Engenharia; e
- Pelotão de Polícia do Exército (PE).

Em razão de coordenar e monitorar um dos processos mais complexos da Operação Acolhida, uma das tarefas mais importantes realizadas pela FT Log Hum foi desempenhada pela Companhia de Assuntos Cíveis. Composta por quatro grupos de cooperação civil-militar (CIMIC), a companhia teve como responsabilidade o trato direto com os migrantes venezuelanos, conforme pode ser depreendido de sua organização:

- Grupo CIMIC 1 – coordenação dos abrigos;
- Grupo CIMIC 2 – postos de interiorização e triagem (PITrig);
- Grupo CIMIC 3 – postos de recepção e apoio (PRA), estabelecidos nas proximidades das rodoviárias de Boa Vista e Manaus; e
- Grupo CIMIC 4 – verificação das ocupações espontâneas.

Em paralelo, foram constituídas as bases da operação em Boa Vista, Pacaraima e Manaus, com o propósito de darem suporte às ações de acolhimento, além do Núcleo de Saúde Acolhida (NSA), responsável pelo apoio sanitário aos migrantes venezuelanos, respondendo a uma demanda constatada pelo coordenador operacional ao longo do processo de acolhimento (DARÓZ e CELESTINO, 2022).

Servindo-se da experiência adquirida Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH) e nas operações de garantia da lei e da ordem (GLO) desencadeadas no Estado do Rio de Janeiro, a Operação Acolhida e a FT Log Hum foram mobiliadas por contingentes sucessivos, selecionados e preparados no âmbito dos diferentes Comandos Militares de Área, atuando durante quatro meses na área de operações.

Embora representasse uma oxigenação no âmbito da operação, a sucessão de contingentes apresentou, como desvantagem, o fato de que a cada quatro meses, a FT Log Hum precisou adaptar seus integrantes à realidade diferenciada da emergência humanitária. Tal dificuldade, no entanto, foi mitigada pela capacidade de flexibilidade e adaptação dos militares do EB, já consagrada na MINUSTAH e em outras operações.

No que tange à questão indígena, foi possível identificar uma quantidade crescente de imigração, o que constitui um desafio para a Operação Acolhida. Como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) não se responsabiliza por indígenas originários da Venezuela, a questão acabou por ser assumida pela Acolhida. Além da população urbana venezuelana atingida pela crise humanitária, povos indígenas do país, em especial pertencentes às etnias Warao, Enñepà e Pemon, também migraram para o Brasil, com o propósito de obterem condições de vida mais favoráveis.

Dada à especificidade cultural, um povo indígena, via de regra, não se dispõe a dividir espaços ou abrigos com não indígenas. No princípio de 2020 a Operação Acolhida promoveu uma reunião com a participação do Alto-comissariado da ONU para refugiados (ACNUR), Organização Internacional para Migrações da ONU (OIM) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Fraternidade Missões Humanitárias Internacional, vinculada à Igreja Católica e uma das organizações implementadoras credenciadas pela ONU para administrar abrigos, na qual foi discutido o alinhamento e a confecção de uma estratégia comum para absorver a imigração indígena venezuelana. Como resultado, foram designados abrigos específicos para alojar a população indígena no âmbito da Operação Acolhida, todos administrados pela FT Log Hum e pela Fraternidade Missões Humanitárias Internacional:

- Abrigo Jardim Floresta;
- Abrigo Pintolândia;
- Abrigo Nova Canaã; e
- Abrigo Tancredo Neves.



Em Pacaraima, porta de entrada dos migrantes no Brasil, foi estabelecido o Abrigo Janokoida para abrigar os indígenas Warao venezuelanos. É relevante pontuar que alguns abrigos criados como reserva, em caráter de contingência, precisaram ser ocupados pelos indígenas, grupo social inicialmente não previsto, reduzindo a capacidade de absorção de migrantes.

De fato, os Warao habitam tradicionalmente o nordeste da Venezuela e norte das guianas ocidentais. Sua população é de aproximadamente 20 mil habitantes, localizando-se, principalmente, na região do delta do Rio Orinoco, com números menores nas vizinhas Guiana e Suriname.

A pandemia de Covid-19 representou um desafio à parte e a Acolhida precisou se adaptar rapidamente à nova conjuntura, seja para seus integrantes e para os migrantes venezuelanos. Adotando os protocolos preconizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como uso de máscaras, álcool em gel 70%, distanciamento social, vacinação e testagem, muito poucos migrantes venezuelanos foram acometidos pelo adoecimento, resultando em um número de contágios extremamente reduzido.

## Fundamentos para refletir sobre missões humanitárias: o caso da Operação Acolhida

Ao refletirem sobre as missões humanitárias, os estudos filiados, sobretudo, às Relações Internacionais, divergem na compreensão de seu conceito (MATOS, 2007), fundamentos e sentidos, referenciando por um lado, ações que emergem dos aportes relacionados à soberania e às questões político-diplomáticas que perpassam os Estados nacionais e, por outro, do exercício e defesa dos direitos humanos, tendo como protagonistas as Organizações Internacionais como atores autônomos.

Focando no prisma dos direitos humanos torna-se possível compreender que os fundamentos sobre os quais se estruturam a assistência/ajuda humanitária e as missões e operações destinadas à sua execução estão alicerçados, segundo Herz et.al (2015), sob o conceito de Segurança Coletiva prestada, por meio de um sistema internacional destinado a manutenção do *status quo* e a uma dada proposta de estabilidade.

Tomando como marco a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) podemos compreender que este conflito demonstrou a potência destrutiva em termos de poder bélico e o impacto sem precedentes à segurança humana, conduzindo milhões de pessoas à fuga em massa de suas nações e à migração para outros territórios em busca não só, de segurança física, mas de melhores condições de trabalho e vida.

Entre outros argumentos que referem à criação da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1947, podemos relacionar o esforço para a proposição de ações voltadas à preservação dos direitos humanos e à superação dos efeitos deletérios da guerra, tendo como principal recurso, os investimentos e pactuações estabelecidas pelos Estados Membros.

Considerando as referidas normativas e ao se comprometer como Estado signatário, o Brasil revelou não só a apropriação de pactuações internacionais e a proposição de legislações internas, mas em muito, o envolvimento direto da nação, na proposição de ações e iniciativas inscritas nas circunstâncias das situações de emergência, participando com forças militares e acolhendo a imigrantes vindos de diferentes partes do globo, sobretudo da Europa. Progredindo neste processo, ao longo da década de 1990, identifica-se a participação do país em emergências humanitárias, por meio do envio de tropas compostas por integrantes das Forças Armadas e Auxiliares para os conflitos presentes, sobretudo em África, culminando na recepção de migrantes desse território, a exemplo daqueles que fugiam dos impactos da guerra civil de Angola.





Ao final da primeira década dos anos 2000, os conflitos sociais e políticos que emergem no Haiti, agravados pelo desastre socioambiental provocado pelo terremoto (AGUILLAR, 2015), conduziram o Brasil, por meio do Exército Brasileiro, não só a direcionar a Missão de Paz da ONU estruturada neste país, como também a receber milhares de haitianos que migravam para fugir dos efeitos do conflito, efetivando duplamente sua posição na prestação de assistência humanitária.

Relativo a esse conceito pode-se compreender que sua apropriação é ampla e, por vezes, utilizada como sinônimo nas terminologias que referem às iniciativas destinadas ao atendimento de indivíduos ou grupos vulneráveis, em se tratando daqueles que vivenciam migrações forçadas. A expressão ajuda humanitária (*humanitarian aid*) e assistência humanitária (*humanitarian assistance*) se confundem, e são comumente utilizadas para nominar estas ações, tendo como marco de referência, a Resolução nº 46/182, da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), publicada em 1991.

A referida legislação, para além de destacar conceitos e ações a serem adotadas pelos países-membros, contribuiu para a estruturação de um sistema voltado para a Assistência Humanitária Internacional (AHI), o qual, no âmbito da ONU, foi representado por um departamento e coordenação específicos para tratar do assunto e, como ponto culminante, fundamentou a proposição do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários diretamente subordinado ao Secretário Geral das Nações Unidas.

As conceituações Ajuda e Assistência Humanitária, destacadas, sobretudo para dispor iniciativas em situações de desastres e outras emergências, foram atualizadas de forma progressiva internacionalmente, na medida em que suas demandas foram sendo alteradas e complexificadas, tendo o contexto nacional acompanhado este movimento.

O verbo acolher refere o ato/ação de oferecer ou obter refúgio, proteção ou conforto físico, de abrigar-se e/ou amparar-se. As iniciativas neste sentido voltadas à população venezuelana, no território do estado de Roraima transitou, de ações pulverizadas e assistemáticas propostas nos limites possíveis desta unidade federativa, para um compromisso nacional respaldado pela comunidade internacional, sobretudo, a partir do ano de 2018.

No momento presente, o país abarca uma ação sem precedentes, em se tratando da temática do refúgio e da assistência humanitária internacional, considerando os efeitos da crise na Venezuela e do deslocamento de sua população. A particularidade do referido processo se dá em primeiro lugar, por este estar instaurado no território nacional, requerendo ações de manutenção da soberania, mediante o controle da fronteira, mas, por outro lado, pelo destaque do EB na atuação da gestão das ações humanitárias desenvolvidas pela FT Log Hum. Tal ação refere à complexidade da atuação entre atores compostos pelas Forças Armadas Nacionais, agências internacionais e integrantes da sociedade civil organizada, bem como de sua necessária interlocução com os integrantes federativos inscritos sob a gestão dos estados e municípios.

As ações sistematizadas na Operação Acolhida revelam desafios legais, de gestão e coordenação, mas em muito de atenção ao humano, que se concretiza nas inúmeras e complexas demandas postas pelos milhares de sujeitos-alvos das ações.

É importante salientar que o trânsito e o deslocamento de venezuelanos para o Brasil, por entre as fronteiras dos estados de Roraima e do Amazonas, compõem a dinâmica das relações sociais e culturais que vigem entre estes territórios. No entanto, o referido processo é dotado de intensidade e complexidade, dada às questões internas inscritas no contexto do referido país.





Sendo assim, os processos outrora tratados regionalmente alcançam maior envergadura, por meio da federalização das ações, por meio da instituição da governança da operação, bem como a estruturação das competências e forma de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial. A fim de objetivar o referido processo, as legislações que se seguiram instituíram a personalização da gestão da operação, que incluiu, entre outros aspectos, a previsão de repasse orçamentário e crédito extraordinário para o financiamento das ações.

A estruturação da logística que compõe a missão foi realizada sem precedentes, pois ainda que as Forças Armadas Brasileiras refiram trajetória na participação em missões de assistência humanitária, esta foi de fato a primeira operação sediada no território nacional.

Neste contexto, a progressão das ações inscritas na Operação Acolhida informa sua atual vigência, sob a coordenação da Casa Civil, e a participação direta dos ministérios: da Defesa, da Economia, do Desenvolvimento Regional, da Justiça, da Educação, da Saúde, da Mulher, Família e Direitos Humanos, da Cidadania e o Gabinete de Segurança Institucional, compondo a chamada Força-Tarefa Logística Humanitária.

Em se tratando das Forças Armadas brasileiras, a coordenação executiva das ações ficou sob a responsabilidade do Exército brasileiro e, de forma integrada, conta com a participação da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira (FAB), referenciando neste escopo, a integração e a interoperabilidade das Forças Armadas nacionais.

Enquanto medida de Estado, a ação pública inscrita na Operação Acolhida cumpre um complexo e dual papel previsto na própria razão de ser das Forças Armadas, tal como a atribuição constitucional disposta como sua atividade fim, qual seja: a defesa da Pátria e garantia dos poderes constitucionais, mas por outro lado revela-se por sobre a requisição que histórica e culturalmente fora atribuída às Forças Armadas mundiais vinculadas ao compromisso com a atuação em situações de emergência e calamidades públicas, na prestação de auxílio, ajuda e assistência humanitária.

Os princípios de coordenação e sinergia, para além de direcionarem a estruturação das atividades foram apropriados enquanto atitudes práticas, que segundo os diferentes gestores e executores da Operação Acolhida conduziram ao chamado “sucesso da missão”, haja vista terem sido pautados pelos atores envolvidos para sustentar a noção de parceria.

Apesar da liderança das ações concentradas pelo Exército, a legitimidade da missão ultrapassa a prescrição legal, sendo legitimada pela diversidade dos atores integrados para a sua execução. Neste sentido, fluxos e processos são constantemente planejados e estruturados contando com a participação ativa de todos os envolvidos, considerando ainda a escuta dos próprios beneficiados.

## Missões humanitárias, pesquisa e produção de conhecimento

No Brasil o estudo e a produção científica acerca das missões humanitárias podem ser divididos, a nosso ver, em três grandes blocos relacionados, em primeiro lugar, ao campo da história focada nas análises da participação brasileira em conflitos e guerras, a exemplo da Guerra do Paraguai e dos conflitos internos inscritos no processo de independência, tendo como ponto culminante, a Segunda Guerra Mundial e a composição da Força Expedicionária Brasileira (FEB).





Em segundo lugar vinculados a área de Relações Internacionais pode-se destacar que o Brasil, sobretudo a partir do final da década de 1990, refere acúmulo no debate inscrito no campo da Ciência Política sobre as instituições militares, sobre as questões geopolíticas e entre essas sobre as missões humanitárias relacionadas às missões de paz, sob a égide da ONU.

Por último, vale destacar o despontar dos chamados estudos de defesa, sendo esta reconhecida como área temática que emerge no Brasil nos anos 2000. Neste campo, a análise das missões humanitárias, ainda que apropriada, sobremaneira pelas áreas de história e relações internacionais, alcança uma visão interdisciplinar, sendo integrada não só por diferentes áreas do conhecimento, mas cumulando as produções civis e militares.

Os estudos de defesa emergem no Brasil, no período pós redemocratização, momento no qual as relações civis-militares sofreram um remodelamento não só no arcabouço institucional, mas também social com a criação do Ministério da Defesa e a ampliação da interação entre profissionais civis e militares, não só no cotidiano da atuação profissional nas instituições militares, mas naquelas destinadas a produzir conhecimento aos temas afetos à defesa.

No cenário científico-acadêmico desenhado a partir dos anos 2000, segundo Marques e Fuccille (2015) cresceram em número e qualidade as pesquisas de cunho etnográfico sobre o ambiente castrense e aquelas que reportaram como objeto de pesquisa a Amazônia Brasileira (FRANCHI, 2013 e 2018). Ainda segundo os autores podem ser ressaltados também como indicadores que referem a ampliação do campo de pesquisa e produção de conhecimento afetos à defesa, a criação do Ministério e de uma Política pública específica, bem como a estruturação de programas de pós-graduação em instituições civis e militares e a proposição de fontes de fomento específicas destinadas a área.

Em se tratando das missões humanitárias, vale destacar a ênfase que estes estudos receberam no Brasil a partir de 2010, refletidos pelas Missões de Paz e, em especial impactados pela gestão do Brasil na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH), iniciado com apoio tático, tendo em vista a garantir o desenvolvimento do processo de eleição democrática, suporte técnico para a realização de projetos de desenvolvimento econômico e culminando com o suporte a crise após o terremoto de 2010 (AGUILLAR, 2002 e AGUILLAR e MARATORI, 2011).

A produção acadêmico-científica sobre as missões de paz e particularmente sobre a MINUSTAH evidenciou não só o despontar da estruturação da área de defesa no Brasil, mas um período histórico no qual, o contexto interno do país e as forças políticas nacionais demonstravam uma dada abertura ao diálogo e a apropriação do campo militar como objeto de pesquisa. A MINUSTAH compreendeu o período de 2004 a 2017, somando treze anos de participação brasileira na missão, reportando não só o acúmulo de lições aprendidas no campo militar, mas possibilitando também, uma ampla produção acadêmico-científica sobre o tema.

Acerca destes estudos, em consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando o descritor MINUSTAH<sup>2</sup>, foram exibidos 90 trabalhos, que compreendem o período de 2006 a 2023, sendo 70 dissertações de mestrado acadêmico, 3 de mestrado profissional, 2 trabalhos de mestrado profissionalizante e 15 teses de doutorado, evidenciando o seguinte perfil das produções:

---

<sup>2</sup> No que se refere à base *Scielo*, um dos mais importantes repositórios de periódicos científicos do país, o descritor MINUSTAH evidenciou sete artigos científicos.





1. Quanto ao período - destaca-se o ano de 2019 com o maior número de produções, 14 trabalhos, seguidos de trabalhos produzidos em 2013 (8) e em 2016 (7).

2. Quanto às grandes áreas referidas nas publicações, identifica-se- ciências humanas (48), ciências sociais aplicadas (8), linguística, letras e artes, multidisciplinar (4), e ciências da saúde (1). Em se tratando das áreas do conhecimento, destacam-se as produções relacionadas à defesa, política internacional e relações internacionais.

3. Quanto às instituições nas quais os estudos estão filiados, pode-se referir a relação entre instituições civis e militares, quais sejam: Escola de Estado e Comando-Maior do Exército (8), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (7), Universidade Federal do Rio de Janeiro (7), Universidade Federal Fluminense (7), e Universidade de Brasília (6).

4. Quanto às áreas de concentração dos Programas aos quais os estudos estão filiados, pode-se observar: Defesa Nacional (8), Paz, Defesa e Segurança (6), Política Internacional (6) e Relações Internacionais e Segurança (4).

Os dados acima destacados revelam uma prevalência dos estudos realizados sobre a MINUSTAH concentrados, sobretudo, na grande área de ciências humanas e nestas filiados a ciência política, vinculados aos chamados estudos de defesa e relações internacionais e desenvolvidos em instituições localizadas na Região Sudeste (Rio de Janeiro) e na capital do país (Brasília).

Em se tratando da Operação Acolhida, estruturada no ano de 2018, esta viveu em um contexto político bastante conturbado do Brasil, em meio a polarizações e dualidades políticas que impactaram não só nas relações civil-militares, mas na não apropriação das instituições militares como campo e parceiras de pesquisa. Inscreveu-se também neste período, a pandemia de COVID-19 que afetou, não só a sistemática de transcurso da missão e o atendimento à população demandatária, mas igualmente o funcionamento das instituições de ensino e pesquisa do Brasil e do mundo.

A despeito deste contexto, quando realizamos levantamento debruçando-nos sobre a base de dados de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando o descritor “OPERAÇÃO ACOLHIDA”<sup>3</sup>, chegamos a um total de 38 trabalhos acadêmicos, sendo 20 dissertações de mestrado acadêmico, 8 de mestrado profissional e 6 teses de doutorado, referenciando o período de 2019 a 2023, informando a seguinte característica das produções:

1) Quanto ao período, destaca-se o ano de 2020, com 13 trabalhos; 2021 com 10; seguidos de 2022 com cinco, 2023 com quatro e 2019 com dois.

2) Quanto às grandes áreas referidas nos trabalhos, podem ser identificadas as ciências humanas (14), ciências sociais aplicadas (11), multidisciplinar (5), ciências da saúde (2) e Engenharias (2).

3. Quanto às instituições às quais os estudos estão filiados, foi possível identificar: a Escola de Estado e Comando-Maior do Exército (5), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (4), Universidade Estadual de Roraima (2), Universidade de Fortaleza (2) e Universidade de São Paulo (2).

4. Quanto às áreas de concentração dos Programas aos quais os estudos estão filiados, destacam-se: Defesa Nacional (5), Política Internacional (3), Políticas Públicas, Relações Privadas e Desenvolvimento (2) e

<sup>3</sup> O acesso à base *Scielo* evidenciou o total de quatro periódicos que referenciavam o descritor “Operação Acolhida”.





Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania; sendo possível identificar uma diversidade ainda maior de áreas como: saúde coletiva, desenvolvimento socioambiental e gestão da informação.

As informações acima revelam a diversidade de temas e áreas do conhecimento que, partindo de estudos acadêmico-científicos, apropriaram-se da Operação Acolhida como objeto de estudo. Tal dado pode ser identificado quando da presença em campo, nas bases da Operação, que evidenciava uma diversidade não só de atores civis e militares, vinculados a instituições estatais e da sociedade civil, nacionais e internacionais, filiados a diferentes áreas do conhecimento com prevalência das ciências humanas e sociais aplicadas, mas podendo ser identificados também profissionais de saúde, de tecnologia e infraestrutura.

Outra característica a ser salientada refere-se à amplitude da operação que se estendeu para diversos estados brasileiros, sobretudo devido a dinâmica de interiorização, que mobiliza, igualmente, a profissionais das mais variadas regiões do país vinculados a diferentes instâncias estatais (União, estados e municípios) e a sociedade civil, ampliando, assim, o leque das instituições promotoras dos estudos.

## Considerações finais

Conforme argumentamos no início da presente elaboração para além de promover ações de segurança e proteção, a execução das missões humanitárias pode ser compreendida como um importante objeto de pesquisa. Neste contexto convergem não só demandas diversas, mas uma gama diferenciada de atores civis e militares vinculados a instituições do governo e da sociedade civil com profissionais filiados a diferentes áreas do conhecimento.

Nessa perspectiva, a opção epistemológica da presente investigação visa ao estudo e análise da dinâmica do desenvolvimento de missões humanitárias, nas quais, particularmente, as Forças Armadas brasileiras tiveram participação central. Como referencial metodológico, procuramos estabelecer uma comparação entre a atuação das Forças Armadas do Brasil, em especial o Exército Brasileiro, na Força de Paz do Haiti, compondo a MINUSTAH, com a Operação Acolhida, ainda em curso nos dias atuais e desenvolvida no extremo Norte do Brasil.

Comparando tais situações, análogas, porém distintas entre si, considerando a MINUSTAH e a Operação Acolhida, chegamos a algumas conclusões. Analisando as bases de trabalho de pesquisa em pós-graduação no Brasil, verificamos que as produções que possuem como objeto a MINUSTAH, em detrimento à Operação Acolhida, são significativamente mais expressivas.

Tal desequilíbrio pode ser atribuído a alguns fatores. O primeiro deles, de caráter essencial, remete à permanência das missões. Enquanto a MINUSTAH durou 13 anos e envolveu 26 contingentes, a Operação Acolhida recém-completa, no final de 2023, cinco anos de atuação, envolvendo cerca de 10 contingentes. Considerando tais parâmetros, é possível concluir, tanto no aspecto institucional, como no imaginário da Força Terrestre, que a MINUSTAH exerceu papel muito mais relevante do que a Acolhida.

Outra questão verificada durante a investigação refere-se ao aspecto político e institucional do país. Quando da atuação das forças brasileiras na MINUSTAH, havia, na política interna brasileira, um cenário de relativa estabilidade, ao passo em que, durante todo o período da Operação Acolhida, a política nacional encontra-se em viés de grande polarização política e tensionamento social, dificultando sua assimilação por parte da sociedade e da comunidade científico-acadêmica nacional.





Na mesma direção, e em caráter acessório ao entendimento referido acima, destacamos o papel da grande mídia na cobertura das duas operações. A MINUSTAH recebeu, no curso dos seus 13 anos de atuação no Haiti, a cobertura da grande mídia nacional, que enviou correspondentes internacionais que produziram matérias e reportagens que foram veiculadas nos principais jornais do Brasil. Enquanto os principais veículos de comunicação do país publicizaram as operações no Haiti, o mesmo não ocorre com a Operação Acolhida, a qual, a despeito dos cerca de cinco anos de importante atuação no Norte do Brasil, permanece virtualmente limitada em sua publicização pelos veículos de comunicação do país.

Uma contribuição importante a ser observada é que, no âmbito da pesquisa científica, na MINUSTAH as pesquisas encontram-se centradas em áreas mais tradicionais, como Defesa, Relações Internacionais, História e Estratégia, ao passo em que as pesquisas relacionadas com a Operação Acolhida encontram-se alinhadas em um caráter mais interdisciplinar, envolvendo as áreas de Saúde, Economia, Ciências Sociais, Psicologia, Direito, Gestão da Informação, Filosofia, entre outras.

Tal cenário pode ser identificado quando da pesquisa de campo realizada junto à Operação Acolhida, sendo observado, ainda, como os saberes que emergiam da experiência cotidiana na execução das ações, por vezes eram sistematizados em protocolos e processos. No entanto, apesar de compreender a importância da organicidade da estruturação das ações, não foi possível identificar de forma evidente, a interlocução de estudos e pesquisas de caráter acadêmico-científico com as ações cotidianas desenvolvidas na missão.

Fato é que pelo caráter da Operação e pela presença no território nacional, identificamos que esta característica oportunizou o envolvimento de um número diferenciado de áreas do conhecimento a debruçaram-se sobre o tema, ultrapassando as tradicionais áreas de defesa e relações internacionais.

Pela envergadura e importância que a Operação Acolhida demonstra como primeira e única missão humanitária desenvolvida no território nacional, compreendemos que a presença de pesquisadores (civis e militares) encontra-se muito aquém da contribuição que este exercício, de ensino e pesquisa, poderia ofertar para a missão.

## REFERÊNCIAS

AGUILLAR, Sérgio Luiz Cruz. As forças de paz do Brasil: Balanço. In BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA JR., Domício. Brasil e o Mundo. Novas Visões. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2002.

AGUILLAR, Sérgio Luiz Cruz. Brasil em missões de paz. São Paulo, Usina do Livro, 2005.

AGUILLAR, Sérgio Luiz Cruz. Gerenciamento de crises: o terremoto no Haiti. São Paulo: Porto de Ideias, 2015.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz; MORATORI, Mainá Domingues. Operações de paz e políticas públicas: O caso do Haiti. Anais do 5º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. Cascavel, 2011.

BRASIL. Decreto nº 10.745, de 8 de julho de 2021 - Altera o Decreto nº 9.970, de 14 de agosto de 2019, que dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2019.





BRASIL. Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018 – Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente do fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Brasília: Casa Civil, 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018 - Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Brasília: Casa Civil, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018 – Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento de pessoas em situações de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Brasília: Senado Federal, 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.970, de 14 de agosto de 2019 – Dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial. Brasília: Secretaria Geral da Presidência, 2019.

BRASIL. Decreto nº 10.745, de 8 de julho de 2021 - Altera o Decreto nº 9.970, de 14 de agosto de 2019, que dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial. Brasília: Secretaria Geral da Presidência, 2021.

92

COSTA, Emily. Mais de 75 mil venezuelanos pediram para se regularizar em Roraima entre 2015 e agosto de 2018, diz Casa Civil. G1, Boa Vista, 6 set. 2018.

DARÓZ, Carlos; CELESTINO, Sabrina. Operação Acolhida: a Força-Tarefa Logística Humanitária e o apoio aos migrantes venezuelanos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2022.

FLORES, Juan Carlos Souto, PAIM, Rodrigo de Almeida.; FRANCHI, Tassio. As escolas de selva como fator de dissuasão na Pan-Amazônia: análise de caso dos exércitos equatoriano e brasileiro. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, v. v5, p. 61-86, 2018.

FRANCHI, Tassio. Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável (PPGDS) da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2013.

Herz, Mônica Organizações Internacionais: história e práticas / Mônica Herz, Jana Tabak, Andrea Ribeiro Hoffman. — 2 ed - Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

MARQUES, Adriana A.; FUCCILLE, Alexandre. Ensino e pesquisa em Defesa no Brasil: estruturação do campo e desafios. Revista Brasileira de Estudos de Defesa, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 57-73, jul./dez. 2015.

MATOS, Francisco Eduardo Lemos de. Intervenções Humanitárias: Uma revisão de suas práticas. Os Casos de Ruanda (1993/1994) e do Haiti (2004/2006). ANAIS do 1º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais : Brasília, 2007.





MONTEIRO, Tânia; FERNANDES, Adriana. Temer decreta intervenção federal em Roraima. Estadão, São Paulo, O Estado de S. Paulo, 7 dez. 2018, Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-decreta-intervencao-federal-em-roraima,70002637708>>. Acesso em 24 jul. 2021.

UNITED NATIONS - UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. Resolution 46/182, which created the humanitarian system, turns twenty-five. Disponível em <<https://www.unocha.org/story/resolution-46182-which-created-humanitarian-system-turns-twenty-five>>. Acesso em 15 jul. 2021.

UNITED NATIONS. What is General Assembly resolution 46/182? Disponível em <[chrome-extension://efaidn-bmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.unocha.org/sites/unocha/files/dms/Documents/120402\\_OOM-46182\\_eng.pdf](chrome-extension://efaidn-bmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.unocha.org/sites/unocha/files/dms/Documents/120402_OOM-46182_eng.pdf)>. Acesso em 19 dez. 2023.

